

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA | CONFERÊNCIA INAUGURAL

CIDADE ANTIGA

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

Organização | Programa | Conferência inaugural
I - Cidade Antiga

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

ORGANIZAÇÃO | PROGRAMA SESSÃO DE ABERTURA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

PRÓLOGO

pág. 35

Poblaciones en transformacion: las ciudades a traves del tiempo

Diego Ramiro Farinas

CONFERÊNCIA INAUGURAL

pág. 43

Perseguir a História Social a partir do Repositório Genealógico - desafio sempre em aberto

Uma aplicação sobre Guimarães dos quatro últimos séculos

Maria Norberta Amorim, Antero Ferreira, Amaro das Neves, Filipe Salgado

CIDADE ANTIGA

CONFERÊNCIA

pág. 75

Cidade Antiga e Sociedade: Narrativas e Diálogos Interdisciplinares

Manuela Martins, Gilvan Ventura da Silva

COMUNICAÇÕES

pág. 111

Estratégias familiares e disputas políticas na África proconsular: o caso da cidade de OEA (Séc. II d.C.)

Belchior Monteiro Lima Neto

pág. 125

Como e onde se enterrava em *Bracara Augusta*?

Cristina Maria Vilas Boas Braga

pág. 155

Reflexões sobre a economia de *Bracara Augusta*. O contributo dos tesouros monetários

Diego Santos Ferreira Machado

pág. 177

A Concorrência Política e Cultural entre as cidades de Antioquia e Beirute na Antiguidade Tardia:

Libânio e a defesa das Escolas de Retórica em oposição às Escolas de Direito (séc. IV d.C.)

Érica Cristhyane Moraes da Silva

pág. 195

Entre os espaços e os homens: reconstrução do quotidiano doméstico

Fernanda Magalhães, Manuela Martins

pág. 219

O custo com os trabalhadores da construção e atividades subsidiárias. O caso de *Bracara Augusta*

Jorge Ribeiro

pág. 245

Vrbi et orbi: a cidade como definidora de romanidade nos *annales* de Tácito

Manuel Rolph Cabeceiras

pág. 261

Esparta katà kómas: organização espacial do território (VIII-V a.C.)

Márcia Cristina Lacerda Ribeiro

pág. 279

Cidades Gregas na Calábria Antiga: A configuração dos territórios de Lócris e Régio (sécs. VII-V a.C.)

Maria Beatriz Borba Florenzano

pág. 301

El extranjero en la ciudad: formas de integración privadas

Ma Dolores Dopico Caínzos

pág. 325

The notion of polis in Aristotle's *Politics*

Patricio Tierno

pág. 341

Paulo e as Comunidades: Debates acerca das diferenciações das Comunidades Urbanas Paulinas e Conflitos sobre a Participação Feminina

Roberta Alexandrina da Silva

pág. 361

La cerámica de producción bracarense como indicador de las actividades económicas, gustos y costumbres de los habitantes de *Bracara Augusta*: Nuevas aportaciones

Sara Barbazán Domínguez, Manuela Martins, Eduardo Ramil Rego, Fernanda Magalhães

pág. 387

Mulheres e urbs: estudos sobre sociabilidades femininas em cidades romanas entre o IV e V séculos d.C.

Silvia M. A. Siqueira

Cidades Gregas na Calábria Antiga: A configuração dos territórios de Lócris e Régio (sécs. VII-V a.C.)

Maria Beatriz Borba Florenzano

Labeca-MAE/USP (Laboratório de estudos sobre a cidade antiga-
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – Brasil)

www.labeca.mae.usp.br

florenza@usp.br

Resumo

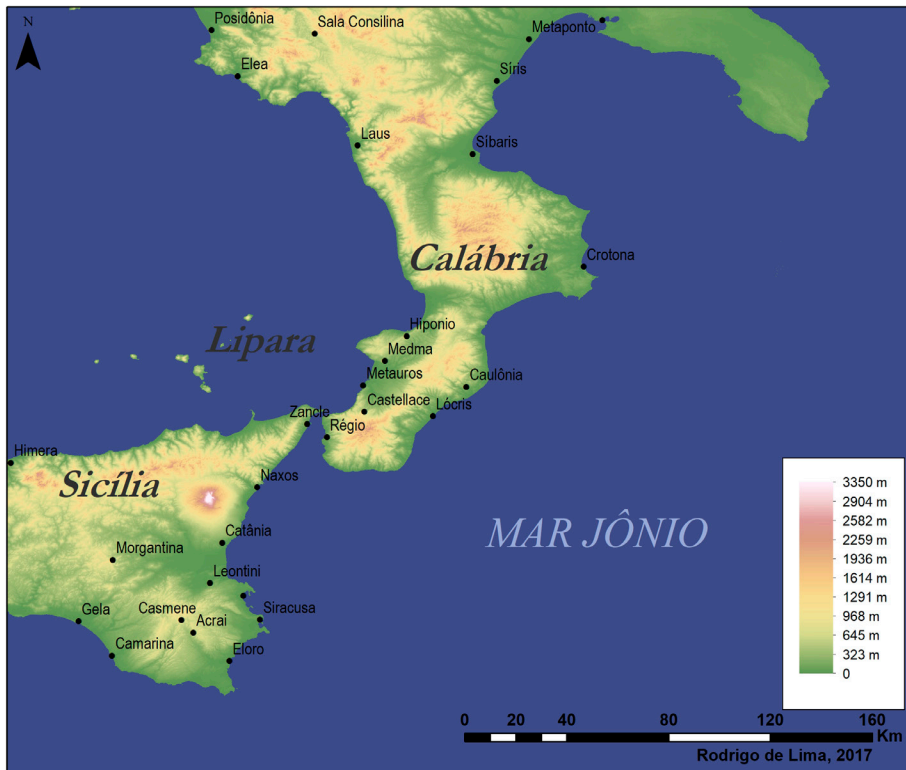
Partindo da instalação de duas “colônias” gregas – Lócris e Régio – no extremo sul da Península Itálica em fins do século VIII e início do VII a.C., pretendemos caracterizar os processos de ocupação territorial e de definição de fronteiras destas duas pólis, dirigindo o nosso foco para o relacionamento com as populações não gregas ali já instaladas em precedência. Com este estudo pretende-se trazer uma contribuição à compreensão do contato cultural entre populações gregas e outras populações mediterrânicas no arcaísmo. Nossa hipótese inclui uma perspectiva de questionamento direto da noção de aculturação, ou melhor de helenização dos grupos não gregos, e passa a valorizar a contribuição desses mesmos grupos na configuração do que podemos chamar de identidade helênica. Não será possível deixar de lado, em um estudo como este, a competição entre estas duas pólis em seu movimento de expansão territorial nas respectivas hinterlândias e entre elas e as outras pólis gregas vizinhas: Zancle, Crotona e Caulônia. Nossa intenção é a de, por meio de uma análise sistemática da documentação arqueológica disponível, reavaliar a narrativa já existente sobre o movimento, iniciado no século VIII a.C., de “colonização grega” e consequente helenização do Ocidente Mediterrânico; narrativa criada, sobretudo, a partir das fontes textuais clássicas.

Pretendemos nesta comunicação, submeter publicamente os objetivos de uma pesquisa que estamos iniciando sobre o disciplinamento do espaço em cidades gregas da assim denominada Magna Grécia, hoje o sul da Península Itálica.¹ Na verdade, o cerne desta pesquisa visa melhor compreender como a sociedade grega se inscrevia materialmente no terreno: quais traços do manuseio do terreno nos revelam a natureza mesma desta sociedade e como o espaço pode ser visto como marcador de identidades específicas.

Para tanto, concentramo-nos em um estudo de caso específico, de duas grandes fundações gregas de época arcaica na Calábria: as pólis de Lócris e de Régio.

¹ Financiamento FAPESP, processo: 2018/09308-1.

Itália do Sul com destaque para a Calábria



A arqueologia do mundo grego, tradicionalmente focaliza a pólis, a partir de um núcleo urbano definido, mais densamente povoado, muitas vezes cercado por muros. Naturalmente, como toda a História da Grécia antiga, o pano de fundo em que tradicionalmente a Arqueologia se fundamenta é dado pelas fontes textuais que movimentam-se descrevendo e refletindo sobre o que acostumamos chamar de “cidade-estado”. Mas é fato que a partir do momento em que, nos anos 1960, a Arqueologia procurou uma certa independência científica em relação às disciplinas que lidam com o passado humano, este foco sobre a pólis como núcleo urbano foi ganhando novos contornos. É a este alinhamento que situamos a nossa pesquisa: a cidade grega, ou melhor a pólis, não está circunscrita a um núcleo urbano; não é tampouco a soma de um núcleo urbano central a um território dependente como a fórmula simples “cidade e campo” parece indicar. Com efeito, nos anos que vimos trabalhando no Labeca (*Laboratório de Estudos sobre a cidade antiga- MAE/ USP*) a valorização do documento arqueológico permitiu-nos perceber o seu potencial no processo de caracterização da cidade grega antiga. Vale dizer que o estudo sistemático da distribuição dos vestígios arqueológicos –físicos- na configuração da hinterlândia grega

permitiu-nos ultrapassar uma definição restrita de pólis centralizada no núcleo urbano e no seu território imediato. Baseados nestes estudos, nossa hipótese é de que não apenas a *khóra* (o “campo” grego) era estruturante da sociedade, como serviu de cadinho para relações culturais múltiplas que trouxeram uma contribuição indispensável à configuração da própria identidade grega, do que hoje conhecemos pelo nome de helenismo ou helenidade.

Neste estudo de caso sobre a Calábria grega tentaremos entender de que forma as pólis de Régio e de Lócris foram apropriando-se, gradativamente a partir de suas respectivas fundações, de territórios já ocupados por uma população sícula; como este território foi incorporado em uma ordenação específica de espaço e como entre elas, as duas pólis, se disputaram o domínio sobre estes territórios. De pronto, para prosseguir, é indispensável lembrar que as fundações destas *apoikiai* gregas (para não usar o termo comprometido de colônia) estão inseridas no movimento expansionista grego que irradiando a partir do Oriente mediterrânico caracterizou-se por um sem número de instalações de assentamentos na Itália do Sul, na Sicília, no sul da França e da Península Ibérica.

Entrando em nosso objeto de estudo, assumimos como ponto de partida, estas duas “colônias” gregas – Régio e Lócris – fundadas em meados do século VIII a primeira e início do VII a.C. a segunda, na região hoje denominada de Calábria e que era já ocupada por populações sículas –como dissemos- que haviam descido do norte da Península Itálica em período anterior.

Régio, foi fundada por Cálcis, pólis da Eubéia, no estreito entre a Península Itálica e a Sicília em meados do século VIII a.C. (Tuc. 6.44.3). Faz par com a fundação, um pouco anterior, também por calcídios, de Zancle, do outro lado do estreito.² É bem estudada a intenção dos calcídios –navegadores e comerciantes eubeus desde antes do movimento de expansão grega no Mediterrâneo- de controlar essa passagem estratégica do estreito que ligava o Mar Jônio ao Mar Tirreno e por onde passavam rotas comerciais que vinham da Europa do Norte e da Etrúria. (Vallet, 1958) Muitas vezes, Régio vem analisada apenas nesta sua relação com o mar e no contexto comercial, político, cultural da Sicília e do tráfico ‘internacional’. A sua situação geográfica é um ponto de apoio a estas aproximações que entendem a cidade voltada ‘para fora’: além de ser litorânea, sua hinterlândia mais plana é estreita e logo encontra as montanhas escarpadas da cadeia do Aspromonte. Assim, não poucos historiadores e arqueólogos tenderam a dar menos importância a achados na hinterlândia, valorizando mais a posição de porto estratégico da cidade. (Greco, 1981:72) Achados mais recentes em combinação com fontes textuais, no entanto, tem mostrado

² São controversos os relatos sobre a fundação de Zancle e sobre quais gregos participaram, mas aceita-se participação proeminente de calcídicos. Cf. Hansen, 2004, p. 233-234.

uma Régio interessada em expansão no interior, e no domínio de pontos litorâneos do lado do Mar Tirreno. (Cordiano, 2014) A análise da paisagem destes trechos litorâneos desta ponta da Península Itálica demonstra que mesmo a uma altura de aproximadamente 1.000 m acima do nível do mar, a agricultura pode muito bem se desenvolver. Muitos destes terraços, agriculturáveis, estavam ocupados por sículos antes da chegada dos calcídios. De acordo com Costamagna, os dados arqueológicos permitem igualmente afirmar que “a submissão dessa população e o controle dos gregos das áreas cultiváveis ao longo do estreito tenham ocorrido em poucos anos depois da fundação da *apoikia*.” (Em Gras, Greco e Guzzo, 2000:225) A partir de dados arqueológicos é também possível perceber o interesse dos calcídios de Régio na manutenção de postos avançados mais ao norte que lhes dessem acesso aos recursos silvo-pastoris do Aspromonte, nestes casos, a negociação com os sículos era indispensável, como se depreende das escavações em Metauros e em Castellace. Metauros, inclusive, de acordo com a fonte textual havia sido fundada por Zancle e o material ali encontrado, muito misturado com material sículo, é predominantemente de influência de Régio. (Guzzo, 2011, pp. 129-130) Nesta sua expansão interiorana, Régio foi levada a embates com a pólis de Lócris, situada no litoral jônio da Calábria, a qual também competia por territórios.

Lócris foi fundada nas primeiras décadas do século VII a.C. por gregos lócrios, vindos da Península Balcânica (Hansen 2004, p. 274). A cidade ficava situada no litoral jônio da Calábria, como dissemos, logo ao norte do Rio Halex o qual, se supõe hoje, marcava o limite sul do domínio lócrio em relação a Régio. (Greco, 1981) Ao norte, seus limites com a pólis grega de Caulônia (fundada posteriormente por Crotona para evitar o avanço de Lócris) era marcado pelo rio Sagra, identificado seja aos atuais Rio Allaro seja ao Rio Torbido. (Hansen 2004, p. 274) Sua instalação foi feita em uma pequena colina que limitava em direção à hinterlândia com os morros da cadeia Sila, integrante do Aspromonte. Sobre Lócris, interessa ao nosso tema, destacar que a memória sobre a sua fundação, registrada pelos textos antigos (Estrabão, Políbio e Polieno), guarda episódios de aliança e de traição de aliança com os sículos. Os lócrios teriam se instalado inicialmente no Cabo Zefírio por meio de acordo com os sículos (de onde vem o nome da cidade Lócris Epizefirii) e pouco tempo depois teriam se re-instalado na colina de Esopis a 20 km ao Norte do mesmo. (Musti, 1977: 131-136) Na verdade, o Cabo Zefírio havia já acolhido outros gregos vindo do Leste mediterrânico em sua expansão a Ocidente: “trata-se de traço paisagístico mais evidente no trecho meridional da costa Jônica”. (Guzzo, 2011: 268) Com efeito, há registro ali da passagem de dórios que ficaram para trás da expedição dos megarenses que fundaram Mégara Hibleia na Sicília no século VIII a.C., e que foram recolhidos posteriormente pela expedição coríntia destinada a fundar Siracusa também na Sicília. (*idem, ibidem*) Segundo Mercuri, a cerâmica sícula do século VIII a.C. da área que posteriormente seria ocupada pela *apoikia* de Lócris, é testemunha de uma síntese de traços estilísticos gregos e locais.

(Mercuri, 2004: 124; Guzzo, 2011: 268) Tal como Régio, Lócris procurou a expansão territorial em direção à hinterlândia. Uma ou duas gerações depois de instalada na costa do Mar Jônio, Medma e Hiponio foram fundadas por lócrios na costa do Mar Tirreno (Hansen, 2004:278-9; 261-263). Os lócrios também passam a influenciar o centro sículo de Metauros, onde a arqueologia comprova a substituição da influência calcídica de Régio por aquela de Lócris no séc. VI.

Com relação a estas duas pólis pretendemos caracterizar sistematicamente os processos de ocupação territorial e de definição de fronteiras, dirigindo o nosso foco para o relacionamento com as populações não gregas ali já instaladas em precedência. A nossa hipótese inclui uma perspectiva de questionamento direto da noção de aculturação, ou melhor de helenização dos grupos não gregos, e passa a valorizar a contribuição desses mesmos grupos na configuração do que podemos chamar de identidade helênica.

No movimento de ir e vir das negociações com estes grupos não gregos, pensamos poder detectar não só a competição entre estas duas pólis por maior domínio territorial mas entre elas e outras pólis gregas vizinhas como Zancle, Crotona e Caulônia. Também entendemos que poderemos identificar nestes processos de contato prolongado termos de mudança cultural e a criação de identidades novas. (Oliveira, 1998)

Nesse sentido, entendemos que o “modo de ser grego” irradiado a partir da Grécia oriental, incluía a necessidade fundante da posse de territórios, independentemente das necessidades básicas de sobrevivência, e incluía também uma competitividade entre os próprios gregos pelo domínio de territórios; traço não identificado, por exemplo, entre as populações indígenas³ da Península Itálica ou da Sicília. Estas funcionavam com concepções diferentes de espaço. (Florenzano, 2017) Pensamos que justamente este “modo de ser grego” levou a partir do séc. VIII a.C. a um movimento de expansão pelo Mediterrâneo que promoveu uma série de instalações de assentamentos litorâneos que imediatamente passaram a procurar um maior domínio territorial, em direção às respectivas hinterlândias. Nessa busca, entraram em contato tanto com as populações não gregas instaladas previamente nestas localidades quanto com outros gregos igualmente assentados e igualmente procurando novas bases territoriais. Entre conflitos e negociações, essas sociedades vão se organizando e dando forma a um mundo novo. (Florenzano, 2009; 2016; 2017)

³ É sempre necessário explicar que as populações não gregas de áreas que entraram em contato com os gregos no Mediterrâneo são chamadas há décadas, impropriamente, pela bibliografia especializada, de indígenas. Não entramos aqui em detalhes sobre os caminhos da adoção desta terminologia, mas, no diálogo com a produção científica especializada, não há como não empregá-la. Mesmo assim, tentamos usar a expressão “não gregos”, na medida do possível.

Justamente, o tema do contato cultural tem um interesse especial nos dias que vivemos em que a tecnologia nos coloca em relação direta / imediata com sociedades completamente diferentes da nossa. Noção que já vem orientando a reflexão historiográfica há algumas décadas e que nos leva a tentar compreender os critérios e os efeitos do relacionamento entre grupos humanos.⁴

No caso do mundo grego, o primeiro tratamento mais sistemático e aprofundado da questão do contato cultural ficou registrado no famoso encontro de Cortona de 1981 e publicado em 1983 com o nome de *Modes de Contacts et Processus de transformation dans les sociétés Anciennes*. Neste volume, além de inúmeros estudos de caso elaborados por historiadores e por arqueólogos, temas candentes como “aculturação” ou como o conceito de “bárbaro” ou ainda questões de alteridade e de identidade são tratados com detalhe e na medida em que a documentação textual e arqueológica permitia à época. Também questões sobre os procedimentos e instrumentos de contato e sobre o papel do contato cultural na mudança e na transformação das sociedades antigas foram debatidos, criando um mundo de exemplos e de ideias importantes para o prosseguimento de pesquisas nesta área. Independentemente dessa sistematização elaborada durante o evento de Cortona, no caso da Arqueologia da Itália do sul que aqui nos interessa mais de perto, desde o início da década de 1960, o *Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia di Taranto* promove encontros anuais em que novos dados arqueológicos e suas respectivas interpretações são apresentados e debatidos e em seguida publicados sob a forma de Atas. Também nestes volumes, por vezes, o tema do contato vem trabalhado, na medida em que o documento material registra, seja por suas características específicas, seja por seu contexto de achado, relações entre gregos e entre estes e indígenas.

Passados mais de trinta anos do Colóquio de Cortona, a documentação arqueológica cresceu de modo exponencial, da mesma forma que o debate teórico sobre a mobilidade grega no Mediterrâneo (e conseqüentemente as formas de contato) ganhou contornos novos, acompanhando o desenvolvimento da Historiografia sobre a Antiguidade. O debate teórico sobre a Antiguidade (grega, romana, mediterrânica, clássica, etc.) de fato foi de tal forma aprofundado, que uma onda de revisionismo se instalou derrubando ideias já tradicionalmente aceitas sobre “colonização grega”, expansionismo grego e helenização das sociedades Mediterrânicas (Donnelan, 2016; Greco, 2005). Revisionismo muitas vezes fundado em teorias distantes da empiria, das fontes primárias, textuais ou materiais. Nossa postura é de cautela, não queremos jogar o bebê fora, junto com a água do banho.

⁴ Não há espaço aqui para explorar em profundidade esta questão do mundo contemporâneo. Atualmente participamos de projeto PRONEX coordenado por Jorge Luiz Ferreira da Universidade Federal Fluminense cujo título é “História (trans)nacional: perspectivas e conexões”. Nossa participação ocorre justamente no GT ‘Migrações e diásporas’. Este projeto já tem o Termo de Outorga assinado em 2016, mas ainda sem a liberação dos recursos.

Nossa proposta é não desprezar o conhecimento acumulado sobre a Magna Grécia, ou sobre a chegada dos gregos a esta região mas, junto com esse conhecimento, mobilizar o documento arqueológico de modo a trazer à luz aspectos da antiguidade que não interessaram necessariamente aos pesquisadores do passado.⁵ E este é um ponto crucial: atualmente, saímos dos estudos sobre a Grécia antiga fundados nas várias histórias individualizadas de cidades/pólis, para uma história da Grécia fundada nas relações entre pólis e entre estas e as populações de não gregos.

Podemos dizer que há algumas palavras chave / conceitos que animam ou informam esse debate teórico atual, no interior do qual – por força- se insere nossa proposta de pesquisa: mobilidade, contato, identidade, etnicidade, hibridismo, emaranhamento (*entanglement*), helenização, helenidade, mediterraneidade, mediterraneização, redes (*networks*), *middle-ground*, interação entre entidades políticas pares (*peer polity interaction – ppi*) conectividade, colonização, diásporas, migração, territorialização.⁶ São todos conceitos que vimos discutindo e testando em nosso Laboratório, mas reconhecemos que a sua aplicabilidade a uma realidade empírica precisa como o ‘contato cultural na Calábria antiga’ como estamos propondo, não é destituída de dificuldades. Se, por um lado, a competitividade entre cidades gregas (via *ppi*) explica a ânsia por expansão territorial mesmo sem um motor econômico definido (comercial ou agrícola) (Florenzano, 2017), o espaço de negociação e transmissão de traços culturais de toda sorte - entre gregos e entre estes e não gregos - é complicado de sistematizar. Entendemos que, por exemplo a identificação de redes tal como proposta por Malkin (2004; 2012; 2016 em Aberson *et alli*) e a compreensão de espaços de contato como *middle ground* (Malkin, 2012 e Ulf, 2009) podem servir como pontos de partida. Mas temos consciência que a introdução de outros conceitos, dependendo do andamento da pesquisa empírica, se fará necessária.

Assim, por exemplo, mesmo que possamos ter dificuldade na aplicação do conceito de “territorialização”, entendemos que a reflexão sobre este conceito possa trazer uma contribuição ‘nossa’, brasileira, à reflexão sobre o contato cultural no Mediterrâneo antigo. De acordo com J. P. Oliveira (2009) a territorialização vem a ser a “intervenção na esfera política que associa de forma prescritiva e insofismável, um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados.” Já o processo de territorialização implica

⁵ Registro aqui –e muito brevemente- que é uma tendência contemporânea da Arqueologia clássica a retomada de dados de escavações sistemáticas porém monográficas (sobre um único sítio, por exemplo) realizadas desde o século XIX de sorte a promover estudos mais abrangentes sobre a helenidade. Com efeito, museus e reservas técnicas seja na Grécia, seja na Turquia, seja na Itália encontram-se abarrotadas de documentação que foi publicada em catálogos mas que estudos compreensivos de contexto histórico ficaram por serem feitos. Da mesma forma existem nas bibliotecas um sem fim de relatórios de escavação com conclusões limitadas ou que atendiam uma demanda datada. A mobilização dessa massa documental para atender as demandas nossas, do mundo atual, é uma tendência atual da Arqueologia que praticamos. Assim, problemas como identidade, contato, hibridismo, conectividade, etc são temas que vem sendo explorados atualmente.

⁶ Inviável no contexto deste artigo mencionar toda a bibliografia que informa este debate teórico. Remeto a uma discussão bastante aprofundada na “Introdução” de Aberson *et alli*, 2016 e à obra de D’Ercole, 2012.

em movimento pelo qual um objeto político-administrativo transforma-se em uma comunidade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação e reestruturando as suas formas culturais. (1998, p. 5)

Naturalmente, neste caso, o dado essencial é a dominação política e religiosa portuguesa que, como uma teia, se estendeu por sobre o território ocupado previamente pelos índios. Mas, também aqui, espaços de negociação e de combinação de traços culturais foram abertos. (*Idem, ibidem*) No caso da expansão grega no Mediterrâneo, já não se aceita – como no passado – que a chegada dos gregos ao Ocidente implicara na dominação *tout court* e na extensão da jurisdição política sobre territórios não gregos. Mas, a discussão sobre os mecanismos de contato entre portugueses e índios no Brasil, orientada pela “territorialização” pode, eventualmente, nos auxiliar a compreender a mistura de traços que ocorre no contato entre gregos e indígenas no Ocidente mediterrâneo.

Resta-nos ainda apresentar alguns pontos de interesse sobre a questão das formas de contato entre gregos e não gregos, sobretudo no Ocidente mediterrânico, mas também em áreas da Grécia do Leste definidos a partir dos estudos e dos debates realizados nos últimos anos no Labeca, a partir de dados de escavações e da bibliografia especializada.

Em primeiro lugar é necessário ter em mente que quando falamos em gregos e não gregos não estamos diante de dois grupos homogêneos e bem caracterizados: de um lado, são várias as tradições entendidas como helênicas vinculadas à localidades diferentes como Creta, Eubéia, Ásia Menor, Balcãs, Cícladas; ou a grupos identitários como por exemplo dórios e aqueus, para mencionar apenas os mais citados nas fontes e na bibliografia. É preciso também considerar que, no século VIII, a Grécia balcânica e a Grécia das Ilhas Cícládicas e da Ásia Menor passava por um processo de organização social e política pós desestruturação do mundo palacial (minóico e micênico) e que o “mundo helênico das pólis” não estava consolidado, ao contrário estava em formação. Do lado dos não gregos, no sul da Itália, área que aqui nos interessa, os grupos indígenas eram numerosos: sículos na Calábria, mas um pouquinho mais ao norte, os enótrios e ópices, mais a leste os messápios, iapígios, daunios, peceutios; mais para o interior os samnitas, oscos, sabélicos e outros grupos que circulavam por toda a Itália meridional são ainda muito mencionados pelos textos antigos como os ausonios, os chones, os morgetes, os ítalos, os lucânios, os brécios. Os testemunhos arqueológicos, mostram aproximações entre os traços culturais destes grupos conforme a época, mas as diferenças são também consistentes.

Em seguida podemos considerar que os gregos não estavam chegando em um mundo completamente diferente do deles. Como bem nos chama a atenção Nenci (1983), os gregos não estavam chegando em um Novo Mundo, como foi o caso na descoberta da América pelos europeus no século XV. Já conviviam com populações não gregas por

séculos e, no fundo, no Mediterrâneo, não estavam em estágios de desenvolvimento social muito diferente desses grupos. Assim, por exemplo, a documentação arqueológica em associação com documentos escritos que falam em ‘tratados’ e/ou ‘alianças’ entre gregos e indígenas, abre espaço para a identificação de laços de solidariedade entre a elite grega e a não grega. O registro do mobiliário funerário, por exemplo, em muitas ocasiões, pode trilhar esta linha interpretativa. A presença de certo tipo de material cerâmico, como as taças para vinho gregas, amplamente dispersas em localidades indígenas (na Itália do sul e na Sicília) pode dizer alguma coisa sobre a adoção de práticas de simpósio entre não gregos. (Torelli, 2001)

Outro tema bastante presente em relação às formas de contato diz respeito aos casamentos mistos. Pensa-se que, eventualmente, as expedições gregas não trouxessem mulheres, e os homens que aportassem acabavam casando-se com indígenas. Em muitas localidades, de fato, foram escavadas sepulturas femininas ricamente guarnecidas com adornos indígenas, em necrópoles totalmente gregas. (Sobre Siracusa, Florenzano, 2017)

Outro *tópos* do contato grego / indígena no Ocidente (mas eventualmente em outras periferias do mundo helênico a Leste, como no Mar Negro, por exemplo) refere-se à questão da sujeição e/ou escravização de populações não gregas. A pergunta que se coloca é, em sua ânsia por dominação territorial, quanto de gente, concretamente, os gregos tinham para proceder a uma ocupação efetiva? Indícios fragmentários nas fontes escritas podem ser interpretados como adoção de formas de sujeição de indígenas por gregos. É o caso das menções aos *kyllirioi* em Siracusa e às várias menções de fundações de *apoikiai* baseadas na violência contra os indígenas, como na memória escrita da fundação de Lócris Epizefírii. (D’Ercole, 2012, pp.57-59; Guzzo, 2011, pp. 271-273) Em artigo nas *Atas de Cortona*, o historiador italiano Mauro Moggi, analisa a frequência relevante com que são empregados, nos relatos das fundações de *apoikiai*, os verbos que implicam violência e/ou expulsão de indígenas de suas terras. (Moggi, 1983, pp. 979-1002; D’Ercole, 2012, p.62) Assim, se podemos entender a existência de alianças políticas entre elites gregas e indígenas, estabelecimento de negociações, casamentos mistos, adoção de traços culturais de um lado e de outro, devem ser também registrados, os episódios de violência e de sujeição e/ou escravização de grupos humanos. (D’Ercole, 2012, pp. 56-66; Morel, 2005)

Um último ponto de interesse sobre a questão das formas de contato entre gregos e não gregos que merece ser mencionado nesta proposta de pesquisa diz respeito à instalação de *frúria* na hinterlândia da Calábria. Podemos definir os *frúria* como postos avançados de cidades gregas para a marcação de território que se espera dominar ou influenciar; para a vigilância da movimentação de outros grupos (indígenas ou gregos); para o controle de rotas terrestres ou fluviais. Apenas para exemplificar podemos mencionar os sítios encontrados em Monte Palizzi e em Monte Gallo, no território interior de Lócris em

direção à pólis de Caulonia. As escavações arqueológicas mostram edifícios no modelo de torres ou de fortificações, com vestígios de estadias temporárias. (Visona, 2010).

Na mesma perspectiva de controle do território e da paisagem, não raro, povoados indígenas inteiros passavam a exercer funções de *frúria* na medida em que entravam em contato e aliança (voluntária ou não) com os ‘colonos’ gregos. Talvez seja este o caso da localidade de Castellace ao norte de Régio. Por outro lado, na mesma lógica dos *frúria*, também podemos registrar a instalação de grupos indígenas por ação de uma *apoikia* em uma localidade estratégica. Metauros pode ter sido um sítio deste tipo: uma instalação de grupos indígenas em aliança com Zancle na foz do Rio Metauros, que depois passa para o controle de Lócris, eventualmente no intuito de controlar a entrada fluvial para o Aspromonte. Prática detectável em outras áreas da expansão grega no Ocidente, como por exemplo, a instalação de grupo indígena por parte dos siracusanos na Sicília em Eloro. (Florenzano, 2017)

A mesma lógica pode ser observada nas instalações de assentamentos *ex-novo*, como as fundações de Medma e Hiponio por parte de Locris, localidades que assumiram de imediato o estatuto de pólis e não propriamente *frúria*, e são chamadas na historiografia de ‘sub-colônias’ ou *apoikiai* de segunda geração. Os exemplos em todo o Ocidente grego são numerosos. (Lombardo e Frisone, 2009) É evidente que se espera que uma pólis, fundada por outra, mantenha os laços de aliança com a pólis originária, o que nem sempre acontecia, como o caso de Camarina, ‘sub-colônia’ de Siracusa, que já na segunda geração rebela-se contra a sua ‘metrópole’. (Florenzano, 2017)

Pelo acima exposto, fica claro a pertinência da temática da fronteira que vem embutida na questão de “configuração de território” presente no título desta comunicação. Tema este que perseguimos em nosso Laboratório há algum tempo, seja relacionada à questão da instalação de muralhas cercando a *ásty*, o núcleo urbano da cidade grega antiga, seja, mais recentemente, em relação às dimensões e limites da *khóra* das cidades, do território. (especificamente Florenzano 2016 e 2017, Kormikiari *et alii*, 2011) Assim, esta nossa proposta pretende ser mais uma contribuição no sentido de melhor pontuar a natureza mesma da antiga cidade grega.

Referências Bibliográficas

- AAVV. (1968). *La città e il suo territorio. Atti del 7°. Convegno di Studi sulla Magna Grecia, 8-12 de outubro, 1967*. Nápoles: l'Arte Tipografica.
- AAVV. (1977). *Locri Epizefirii. Atti del 16°. Convegno di Studi sulla Magna Grecia. Taranto 3-8 ott 1976*. Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia.
- AAVV. (2001). *Problemi della chora coloniale dall'Occidente al Mare Nero. Atti del 40°. Convegno di Studi sulla Magna Grecia. Taranto 29 sett-3 ott 2000*. Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia.
- ABERSON, M. et alii. (2016). *Entre Archéologie et Histoire: Dialogues sur divers peuples de l'Italie pré romaine*. Berlim: Peter Lang.
- ATTEMA, P. (2004). *Centralization, Early Urbanization and Colonization in 1st Millenium B.C. Italy*. Leuven: Peeters.
- AMPOLO, C. e BOTTINI, A. (1986). *Popoli e civiltà dell'Italia Antica*. Roma: Biblioteca di Storia Patria.
- BARRA BAGNASCO, M. (1977). *Locri Epizefirii (i)*. Florença; (1989). *Locri (ii e iii)*. Turim.
- BOUFFIER, S. (2012). *Les diaspores grecques. Du détroit de Gibraltar à l'Indus*. Paris: SEDES.
- BURGERS, G.-J. (2012). Landscape and Identity of Greek colonists and indigenous communities in southeast Italy. In CIFANI, G.; STODDART, S. *Landscape, Ethnicity and Identity*. Oxford: Oxbow Books, p. 64-76.
- CAPDETREY, L., ZURBACH, J. (coords.) (2012). *Mobilités grecques: Mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée, de l'époque archaïque à l'époque hellénistique*. Bordeaux: Ausonius Éditions.
- CASEVITZ, M. (1995). Sur εσχάτια, histoire du mot. In ROUSSELLE, A. *Frontières terrestres, frontières celestes dans l'antiquité*. Paris: De Boccard, p. 19-30.
- _____. (1993). Les mots de la frontière en grec. In ROMAN, Y. *La frontière. Séminaire de recherche sous la direction de Y. Roman*. Paris: Maison de l'Orient, De Boccard, p. 17-24.
- CIFANI, G.; STODDART, S. (2012). *Landscape, Ethnicity and Identity: In the Archaic Mediterranean Area*. Oxford: Oxbow Books.
- CORCELLA, A. (1997). La frontiera nella storiografia sul mondo antico. *Confini e frontiera nella Grecità d'Occidente. Atti del 37°. Convegno di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, p.43-82.
- CORDIANO, G. e ACCARDO, S. (2004) *Ricerche storico-topografiche sulle aree confinarie dell'antica chora di Rhegion*. Pisa: Edizione ETS. (2 vols.)

CORDIANO, G. (2014). *Tra Rhegion e Lokroi Epizephyrion. Un quindicennio di ricerche topografico-archeologiche tra Palizzi e Capo Bruzzano*. Pisa: Ed. ETS.

_____. (1995). Espansione territoriale e politica colonizzatrice a Reggio (ed a Locri Epizefiri) fra VI-V se. a.C. *Kokalos*, 41, p. 79-121.

COSTAMAGNA, L. (1986) Il territorio di Reggio: problemi di topografia. *Lo stretto crocevie di cultura. Atti del 26° Convegno di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, pp. 475-512.

_____. e SABBIONE, C. (1990). *Una città in Magna Grecia: Locri Epizefirii*. Reggio di Calabria, Laruffa.

COSTANZI, M. (2010). Les colonies de deuxième degré de l'Italie du sud et de Sicile: une analyse lexicologique. *AWE*, 9, p. 87-107.

DAVERIO-ROCCHI, G. (1988). *Frontiera e Confini nella Grecia Antica*. Roma: L'Erma.

D'ERCOLE, M.C. (2012). *Histoires Méditerranéennes. Aspects de la colonisation grecque de l'Occident à la mer Noire (sécs. VIII-IV av. J.C.)*. Paris: Errance.

DE ANGELIS, F. (2003). Equations of culture: the meeting of natives and Greeks in Sicily (750-450 b.C.) *AWE*, 21, p. 19-50.

DENTI, M. (2013). The contribution of research in Incoronata to the problem of the relation between Greeks and non Greeks during proto-colonial times. *AWE*, 12, p. 71-116.

DOMINGUEZ, A.J. (2011). The origins of Greek colonization and the Greek Polis. *AWE*, 10, p. 195-207.

_____. (2014). Eubeos y lócrios entre el Jonico y el Adriático. In BREGLIA, L. e MOLETI, A. (orgs.) *Hesperia, tradizione, rotte, paesaggi*. Paestum: Tekmeria, 16, p. 189-201.

DONNELAN, L. et alii (eds.) (2016). *Conceptualizing early Greek colonization*. Roma: Inst. Histórico Belga de Roma.

DOUKELIS, P.N. (2007). *Histoire du Paysage*. Atenas: Univ. d'Athènes. Fac. de Philosophie Archaïognosia. Suppl. 7.

DOUKELIS, P.N. e MENDONI, L.G. (1994) *Structures rurales e Sociétés Antiques. Actes du Colloque de Corfu, 14-16 de maio 1992*. Paris: Les Belles Lettres.

FINLEY, M. (ed.) (1973). *Problèmes de la terre en Grèce ancienne: recueil de travaux*. La Haye: Mouton.

FLORENZANO, M.B.B. (2011). Cidade e território na Grécia Antiga. In TACLA, A.B.; MENDES, N.M.; CERQUEIRA LIMA A.C. (org.). *Uma trajetória na Grécia Antiga, Homenagem a Neyde Theml*. Rio de Janeiro: Apicuri, p. 237-261.

_____. (2010). *A organização da khóra: a cidade grega diante de sua hinterlândia*. Projeto de pesquisa, 2010-2015. (www.labeca.mae.usp.br)

- _____. (2017). A organização da *khóra* na Sicília grega sul-oriental: Siracusa diante de sua hinterlândia (733 -598 a.C.) *Cadernos Lepaarq*, 2017 (prelo)
- _____. (2016). O disciplinamento do espaço em Esparta: Arqueologia e História de uma pólis *excepcional*? In VERGARA, F. e OLIVEIRA, M.A. *Esparta*. (prelo)
- _____. (2017). Definindo a pólis grega: o papel das fronteiras na integração do espaço poliáde. In FLORENZANO, M.B.B. (org.) *Khoríon. Cidade e Território na Grécia Antiga*. (prelo)
- _____. (2009). Contribuição das colônias ocidentais na construção da identidade poliáde: subsídios do uso e da organização do espaço. In FLORENZANO, M.B.B. e HIRATA, E.F.V. *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp/Fapesp, p. 93- 108.
- FOXHALL, L. (2005). Cultures, landscapes and Identities in the Mediterranean world. In MALKIN, I. *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. London: Routledge, p. 75-92.
- GENOVESE, G. (1999). *I santuari rurali nella Calabria greca*. Roma:L'Erma.
- GIANGIULIO, M. (2010). Deconstructing ethnicities: multiples identities in archaic and classical Sicily. *BABESH*, 85, p. 13-23.
- _____. (2001). Leschatiá. Prospettive critiche su rappresentazioni antiche e modelli moderni. *Problemi della chora coloniale dall'Occidente al Mar Nero. Atti del 40°. Convegno di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, p.333-361.
- GRAS, M. (1998). *O Mediterrâneo Arcaico*. Lisboa: Ed. Teorema.
- _____. (2000). GRECO, E.; GUZZO, P.G. *Nel cuore del Mediterraneo antico*. Corigliano Calabro: Meridiana Libri.
- GRECO, E. (ed.) (2002). *Gli achei e l'identità etnica degli achei d'Occidente*. Paestum: Tekmeria, 3.
- GRECO, E. (1981). *Magna Grecia*. Bari: Guide Archeologiche Laterza.
- GRECO, E. (2005). Dalla Grecia alla Italia: Movimenti Antichi, tradizioni e qualche revisionismo recenti. In SETTIS, S. e PARRA, M.C. *Magna Graecia. Archeologia di un sapere*. Milano: Electa e Univ. degli Studi Magna Grecia di Catanzaro, p. 59-63.
- GUZZO, P.G. (1987). Schema per la categoria interpretativa dei *santuari di frontiera*. *Sc. Ant.*, 1, p. 373-379.
- _____. (2014). Lo sviluppo dei popoli italici meridionale fino all'impatto con le ktiseis greche. *Da Italia a Italia: le radici d'una identità. Atti del 51°. Convegno di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, p. 261-275.
- _____. (2011). *Fondazione Greche. L'Italia meridionale e la Sicilia (VIII e VII a.C.)*. Roma: Carocci.

HALL, J. (2002). *Hellenicity: between ethnicity and culture*. Chicago: University Press.

HANSEN, M.H. (2004). *An inventory of Archaic and Classical Polis*. Oxford: University Press.

HIRATA, E.F.V. Arqueologia, Religião e Poder Político no Ocidente Grego. Tese de Livre-docência. São Paulo, MAE-USP, 2010.

HIRATA, E. F. V. Formas de contato, processos de interação e definição de identidades entre gregos e não gregos na Sicília arcaica: entre teoria e documentação arqueológica. In FLORENZANO, M.B. (org.) *Khoríon. Cidade e Território na Grécia Antiga*. 2017 (prelo)

IANELLI, M.T. (2012) Hipponion, Medma e Caulonia. Nuove evidenze archeologiche a proposito delle fondazione. *Alle Origine della Magna Grecia. Atti del 51°. Convegno di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia., p. 857-911.

_____. (2014) *Hipponion. I volti della Città*. Reggio Calabria: Laruffa Ed..

KORMIKIARI, M.C.N. et alii (2011). O estudo das fronteiras no mundo antigo: o caso grego. In KORMIKIARI, M. C.; HIRATA, E. V.; ALDROVANDI, C. E. (Org.). *Estudos sobre o espaço na Antiguidade*. São Paulo: Edusp/FAPESP, p.125-156.

LA GENIÈRE, J. (1983). Entre grecs et non grecs en Italie du Sud et en Sicile. In AAVV *Modes de Contacts et Processus de transformation dans les sociétés Anciennes. Actes du Colloque de Cortone (24-30 mai 1981)*. Roma-Pisa: Escola Francesa de Roma e Escola Normal Superior, p. 257-272.

LOMBARDO, M.; FRISONE, F. (2008). *Forme Sovrapoleiche e Interpoleiche di Organizzazione nel Mondo Greco Antico. Atti del Convegno Internazionale*. Lecce: Congedo Editore.

LOMBARDO, M.; FRISONE, F. (2009). *Colonie di Colonie. Le fondazioni subcoloniali greche tra colonizzazione e colonialismo*. Lecce: Congedo Editore.

MADDOLI, C. (1982). *Temesa e il suo territorio. Atti del Colloquio di Perugia e Trevi*. Taranto: Ist. per la storia e l'archeologia della Magna Grecia.

MALKIN, I. (2004). Networks and the emergence of Greek Identity. *Mediterranean Historical Review*, 18/2, P.56-74.

MALKIN, I., (2011). *A Small Greek World*. Oxford: University Press.

MALKIN, I. et alii (eds.) (2009) *Greek and Roman Networks in the Mediterranean*. N. York/Londres: Routledge.

MALKIN, I. (ed.) (2005). *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. Londres: Routledge.

MERCURI, L. (2012). Calabria e l'area euboica. *ACMG 50^o. Alle Origine della Magna Grecia*. Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, p. 971-984.

_____.(2004) *Eubeens en Calabre à l'époque archaïque. Formes de contacts et d'implantation*. BEFAR, 321. Paris: Ec. Française de Rome.

MOGGI, M. (1983). L'elemento indigeno nella tradizione letteraria sulle *ktiseis*. In AAVV *Modes de Contacts et Processus de transformation dans les sociétés Anciennes. Actes du Colloque de Cortone (24-30 mai 1981)*. Roma-Pisa: Escola Francesa de Roma e Escola Normal Superior, p. 979-1002.

MONTESANTI, A. (2007). *Hipponion: Vibo Greca*. Roma: GBEditoria.

MOREL, J.P. (2002). Grecs et indigènes en Grande Grèce: co-existence et rapports de force. In KARACHAVA, D. et alii (eds.) *Autour de la mer noire. Hommage à Otar Lordkipanizé*. Presses Universitaires Franc – Comtoises, p. 95-110.

MUSTI, D. (1977). Problemi della storia di Locri Epizefirii. *Locri Epizefirii. Atti del 16^o. Convegno di Studi sulla Magna Grecia. Taranto 3-8 ott 1976*. Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, p.23-146.

NENCI, G. e CATALDI, S. (1983). Strumenti e procedure nei rapporti tra greci e indigeni. In: *Modes de Contacts et Processus de transformation dans les sociétés Anciennes. Actes du Colloque de Cortone (24-30 mai 1981)* . Roma-Pisa: Escola Francesa de Roma e Escola Normal Superior, p. 581-605.

OLIVEIRA, J. P. (1998). Uma etnologia dos “indios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4, 1.

OSANNA, M. (1992). *Chorai coloniale di Taranto a Locri. Documentazione archeologiche e ricostruzione storica*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato.

PARRA, M.C. (org.) (1998). *Guida Archeologica della Calabria*. Bari: Edipuglia.

POLANYI, K. (1963). *Ports of Trade in Early Societies. Journal of Ec. History*, 23/1, p. 30-45.

RAAFLAUB, K. A.; van WEES, H. (2009). *A Companion to Archaic Greece*. Oxford: Wiley-Blackwell.

ROSEN, R. M.; SLUITER, I. (eds.) (2006). *City, Countryside and the Spatial organization of Value in Classical Antiquity*. Leiden: Brill.

ROUSSET, D. (1994). Les frontières des cités grecques. Premières reflexions à partir du recueil des documents épigraphiques. *Cahiers du Centre Gustave Glotz*, V, p. 97-126.

SABBIONE, C. (2012). Locri Epizefirii: Segni da una città in formazione. Alle Origine della Magna Grecia. *Atti del 50^o. Convegno di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, p. 823-846.

- _____. (1981). Reggio e Metauros nel'VIII-VII sec. a. C. *ASAtene*, 59, p. 275-289.
- _____. (1982). Le aree di colonizzazione di Crotona e Locri Epizefiri nel VIII-VII sec. a.C. *ASAtene*, 60, p. 251-299.
- _____. (1986). Metauros e Mylai. Lo stretto crocevia di culture *Atti del 26°. Convegno di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, p. 221-236.
- _____. e SOVERINI, L. (1990). Gioia Tauro. *BTCGI*, 8, p. 142-152.
- SETTIS, S. (1987-1994). *Storia della Calabria Antica*. Reggio Calabria: Gaugemi ed.
- SMALL, D. B. (ed.) (1995) *Methods in the Mediterranean. Historical and Archaeological Views on Texts and Archaeology*. Leiden/Nova Iorque/Köln: E. J. Brill.
- SMITH, M. L. (ed.) (2003). *The Social Construction of Ancient Cities*. Washington/Londres: Smithsonian Books.
- SNODGRASS, A. (1986). Interaction by design: the Greek city state. In RENFREW C. e CHERRY, J. *Peer Polity Interaction and social-political change*, Cambridge: University Press, p. 47-58.
- TORELLI, M. (2001). Per una Archeologia dell'Oinotria. In BUGNO, M. e MASSERIA, C. *Il Mondo enotrio tra VI e V secolo a.C. Atti dei seminari napoletani (1996-1998)*. Napoli: Lofreddo, pp. 7-28
- TREZINY, H. (org.) (2010). *Grecs et indigènes de la Catalogne à la Mer Noire*. Centre Camille Julien: Ed. Errance 2010.
- TSETSKHLADZE, G. R.; DE ANGELIS, F. (eds.) (2004). *The Archaeology of Greek Colonization. Essays dedicated to Sir John Boardman*. Oxford University School of Archaeology. Monograph 40. Oxford: Oxbow Books.
- TSETSKHLADZE, G. R. (ed.) (2006). *Greek Colonisation. An Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas. Mnemosyne, Suppl. 193, vol. 1*. Leiden/Boston: Brill.
- ULF, C. (2009). Rethinking cultural contacts. *AWE*, 8, p. 81-132.
- VALLET, G. (1958). Rhégion et Zancle. Histoire, commerce et civilisation des cités chalcidiennes du détroit de Messine. BEFAR, 189. Paris: De Boccard.
- VAN DOMMELEN, P.; KNAPP, A.B. (2010). *Material Connections in the Ancient Mediterranean: Mobility, Materiality and Identity*. Londres: Routledge.
- VERONESE, F. (2006). Lo spazio e la dimensione del sacro. Santuari greci e territorio nella Sicilia arcaica. Pádua: Esedra.
- VISONÀ, P. (2010). Controlling the chora. Archaeological investigation at Mt. Palazzi, a mountain fort of Locri Epizefiri. In TREZINY, H. (org.) *Grecs et indigènes de la Catalogne à la Mer Noire*. Centre Camille Julien: Ed. Errance.

Vlassopoulos, K. (2007). Freespaces: identity, experience and democracy in classical Athens. *Classical Quarterly*, 57/1, p. 33-52.

Vlassopoulos, K. (2013). *Greeks and Barbarians*. Cambridge: University Press.

Whittaker, C. R. (1997). *Frontiers of the Roman Empire. A Social and Economic Study*. Baltimore e Londres: The J. Hopkins Univ. Press.